

Ética e integridade nas decisões em meio à pandemia

Pouca coisa podemos considerar fácil na pandemia pela qual estamos passando. Temos nos confrontado com perguntas difíceis de responder e em alguns casos é até impossível encontrar uma resposta correta. Essa pandemia nos confronta com as fragilidades e os limites da nossa saúde física, dos nossos recursos e do nosso conhecimento.

O vírus trouxe impactos imediatos e concretos na economia, nas relações sociais, numerosos problemas de implicação prática na administração pública, na decisão dos gestores e diante disso, como equalizar esse cenário de incerteza entre o agir ético e as necessidades emergenciais, privilegiando demandas coletivas em detrimento de individuais, ampliando a interpretação das normas diante de verdadeiros dilemas éticos?

Sempre foi um imenso desafio para a doutrina jurídica estabelecer uma conceituação terminológica para valores que, por sua própria essência e subjetividade, podem variar bastante dependendo das pessoas e circunstâncias envolvidas, e é exatamente o que também acontece com os conceitos de ética, moralidade e integridade.

A ética, de modo geral, está diretamente relacionada a um conjunto de valores e princípios que devem ser utilizados para orientar a conduta das pessoas com base nos quais essa conduta é avaliada em relação a seus fins.¹ A ética, tradicionalmente, é entendida como uma reflexão científica, filosófica e, até teológica sobre costumes e as ações humanas. Em termos conceituais, é “o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana, do ponto de vista do bem e do mal” ou “o conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano”.²

Mesmo séculos após suas mortes, Platão e Aristóteles continuaram a influenciar pensadores, que se basearam nas visões gregas para desenvolverem

¹ MARCONDES, Textos básicos de ética. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

² FERREIRA, Miniaurélio: O minidicionário da Língua Portuguesa. 7. Ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

suas ideias. A influência deles no conceito de ética ao longo da história da filosofia, e as diferentes culturas moldam as morais existentes na sociedade.

A ética platônica se baseava no mundo das ideias, procurando sempre alcançar justiça, e aconselhando aos homens cumprirem a busca pelo seu sumo bem, para alcançar a felicidade.³ Platão acreditava em uma vida após a morte, então, na sua ética, sugeria aos seus seguidores que se abstivessem dos prazeres terrenos, já que, o homem deveria procurar se parecer com Deus. As ideias formam a realidade platônica e são os modelos segundo os quais os homens tem seus valores, leis e moral. Conforme o conhecimento das ideias, das essências, o homem obtém os princípios éticos que governam o mundo social. O filósofo centra suas indagações na ideia perfeita, boa e justa que organiza a sociedade e dirige a conduta humana.

De acordo com Aristóteles, o que diferencia os homens de todos os outros seres do mundo é a capacidade que eles têm de buscar, incessantemente, com base na virtude e na excelência, melhorar a vida dos outros ⁴, acreditava em uma ética finalista e mediana que seria alcançada pelo hábito constante de exercer a virtude, ou seja, sempre fugindo dos excessos e dos extremos, para que os fins sejam alcançados e a pessoa se torne ética. Assim, um homem só se tornará virtuoso se praticar e exercer efetivamente as virtudes, fazendo o melhor governo de si e das coisas públicas ao seu alcance.⁵ Essa virtude, para o filósofo, significa educação e ação, exatamente porque, além de poder ser ensinada, ela também resulta em hábito (*ethos*, raiz do próprio termo ética).

Santo Agostinho por sua vez elabora algumas teses a respeito da liberdade humana e aborda a origem do mal moral, rejeita o determinismo e defende a liberdade individual onde qualquer ser humano possui a opção de determinar seu próprio caminho. O livre arbítrio é a possibilidade de escolher entre o bem e o mal, enquanto que a liberdade é o bom uso do livre arbítrio.

³ PLATÃO, Protágoras. Trad. Carlos Alberto Nunes, Pará, Univ. Federal do Pará, 1980.

⁴ ZENKNER, Marcelo. Integridade governamental e empresarial: um espectro da repressão e da prevenção à corrupção no Brasil e em Portugal. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

⁵ BARROS FILHO, PRAÇA, cit,

Cada indivíduo tem sua própria liberdade de escolha, ainda que possua a consciência de que não lhe é permitido fazer apenas o que deseja, sabendo que pode escolher entre o bem e o mal, ou até mesmo fazer a opção de não escolher, deixando que terceiros por ele decidam (o que também é uma escolha). O mal para Santo Agostinho, é representado pela ausência de Deus em decorrência da opção do ser humano por um caminho que o afaste do bem. Sendo assim, na perspectiva inaugurada por Santo Agostinho a fonte do mal seria o próprio ser humano, que, por livre decisão, se afasta de Deus, e conseqüentemente cria o mal.⁶

A ética e a moralidade, independente de todo esforço filosófico em diferenciar termos e definir até mesmo conceitos jurídicos⁷, servem como um conjunto de valores e regras para guiar as condutas da coletividade, mas sendo a ética algo exclusivamente humano, é no comportamento individual que tudo isso se realiza.

Tal qual nós, enquanto indivíduos e sociedade que evoluímos diariamente, a ética também o faz. Considerando conceitos de bases éticas, passando pela compreensão do que seja moralidade, vem sendo realizada hoje em dia de forma gradativa a construção de um conceito mínimo em torno da palavra “integridade”.

A integridade pressupõe um comportamento habitual, uma consciência interna e externa de virtudes, que segundo Aristóteles podem ser aprendidas, que impede a prática de atos incoerentes ou conflitantes com a postura pessoal, mais especificamente, “implica na exata correspondência entre os relevantes valores morais e a realização desses valores diante das decisões do dia-a-dia, uma escolha é feita a fim de que uma ação ou uma omissão sejam empreendidas.”⁸

⁶ SANTO AGOSTINHO, O Livre Arbítrio, Trad. Nair de Assis Oliveira. 3. Ed. São Paulo 1995.

⁷ O princípio da moralidade é consagrado expressamente na CF/88.

⁸ HUBERTS, A integridade da governança: O que é, o que sabemos, o que é feito e para onde ir, Cambridge, 2014.

Nesse ponto e trazendo para o cenário em que o país e o mundo enfrentam os efeitos da Sars-Cov-2, certamente a COVID - 19 vai nos tirar da inércia para a necessária reflexão dos elementos dogmáticos e teóricos sobre o tema, para o enfrentamento de *sui generis* dilemas éticos, principalmente no que se refere a tomar decisões acerca do destino das pessoas levando em conta as novas circunstâncias. É preciso tornar real, por meio das decisões, a ideia de que esses axiomas, nos seus vários sentidos regulatórios, podem fazer a diferença que o momento reivindica.

A conjuntura atual de calamidade pública provocada pela pandemia mundial⁹ se apresenta como uma oportunidade ímpar de nos forçar a desenvolver um novo olhar sobre a vida e para as pessoas. Em face das diversas medidas excepcionais para agilizar as contratações e diminuir a burocracia, as decisões adotadas pelos gestores públicos no sentido inverso da ética, da integridade, da moralidade, da probidade ou, que não resultem em políticas públicas efetivas de enfrentamento do novo coronavírus serão capazes de agravar, ainda mais, a forte crise de imagem e confiança em que o estado está imerso nas últimas décadas.

A situação em que estamos vivendo é extremamente desafiadora e requer muito equilíbrio, cautela, diálogo e muita responsabilidade de todos: Poder Público; Sociedade e Iniciativa Privada. Não temos dúvidas de que será muito mais nocivo se os agentes diretamente envolvidos nas medidas decisórias atuarem de maneira a privilegiar a ineficiência e a parcialidade em detrimento da ética, ou seja, do agir com integridade, do respeito às leis, aos princípios morais e as regras do bem proceder referendadas e aceitas pela sociedade.

Sendo a ética algo exclusivamente humano, diretamente relacionada as liberdades individuais e as decisões, os gestores públicos que lidam com as excepcionalidades de uma calamidade pública precisam, mais do que nunca de apoio dos órgãos de controle.

⁹ Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou pandemia de COVID-19 doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) em 11 de março de 2020.

O desempenho do controle externo, de maneira colaborativa e concomitante à gestão dessa crise é urgente e necessária. Uma atuação pedagógica e tempestiva dos órgãos de controle soma-se aos esforços empreendidos pelos gestores para resguardar o interesse público, bem como mitigar os impactos econômicos, financeiros e sociais provocados pela pandemia.

A conformidade às leis, aos princípios, às regras e às boas práticas deve ser preservada na atuação dos agentes. Porém, as circunstâncias exigem que a interpretemos à luz dos eventos e contexto peculiares em que se encontram inseridos, sem, contudo, estarmos apartados ou ignorar eventuais irregularidades na utilização dos recursos públicos. Temos de estar atentos e vigilantes para não ficarmos, também, reféns da disseminação do vírus oportunista da corrupção.

Em emergências com a magnitude como a do coronavírus, os Estados e Municípios enfrentam consequências econômicas e sociais que levam a uma demanda muito maior por bens e serviços para atender às necessidades fora do comum geradas por tais situações.

As decisões que configuram a forma como serão gastos esses recursos é particularmente importante porque, ao usá-los indevidamente, os direitos das pessoas são prejudicados. Para garantir a integridade, moralidade e a ética no uso desses recursos e, como consequência, o acesso das pessoas ao exercício oportuno de seus direitos, o papel fiscalizador e orientador dos órgãos de controle internos e externos, é o de tornar mais célere e efetiva a troca de conhecimentos através dos dados abertos, minimizar a perda de energia por parte das gestões públicas que estão nesse momento direcionando esforços para o combate a pandemia e ir evidenciando a transparência como virtude inegociável.

No dia 02 de maio, dia em que o Brasil comemora o dia da ética, faz-se necessário refletir sobre os valores sociais em meio à crise estabelecida, mas que não seja um exercício pontual ou isolado, que se torne um hábito, pois quanto melhor estivermos preparados para pensar e decidir de forma

inovadora, crítica e ética, melhor preparados estaremos para enfrentar os dilemas. De forma íntegra.